

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O EstadoClass.: 231Data: 26.01.88

Pg.: _____

**Funai prevê impunidade
aos índios torturadores**

Ibirama — Difícilmente o casal indígena Congoo Veitcha Teie e Ana Moncohan, acusados de terem torturado com espancamento e queimaduras o menor E.L.S. de 3 anos, serão punidos pela Justiça Comum. Esta foi a previsão do administrador regional da Funai em Chapecó, Ademir Migliavaca, que se mostrou indignado com a ocorrência, lembrando que "por força da lei o índio ainda tem muito direito e pouca obrigação". Apesar do índio estar passando por um processo de aculturação, ser habilitado a dirigir, manter conta corrente bancária e outras atividades como até votar, justificou Ademir Migliavaca, "somente a comunidade indígena poderá punir os índios, com castigos e obrigações comuns e estipulados dentro da reserva".

O casal de índios, apesar da intimação enviada pelo delegado de Ibirama, Carlos Sontag Neto, para que comparecesse à delegacia ontem às 15h, além de não justificar a ausência continua foragido dentro da reserva, "como é o caso do índio Eliseu Caxias Popoo, homidida que se esconde dentro da reserva", comparou o delegado.

O chefe do posto indígena Duque de Caxias, Ahtônio Fernandes Vieira, igualmente não justificou a ausência do casal de índios chegando a telefonar para Chapecó, comunicando o fato ao administra-

dor regional, alegando desconhecimento sobre a possível tortura praticada contra o menor de 3 anos. Os casos de delitos contra o patrimônio estão sobrecarregando a mesa do delegado Sontag, que afirma que "é tudo por omissão da Funai; que deveria intervir na reserva e eliminar um grupo de liderança, com pouco mais de 50 mestiços, que nada têm com os índios".

Com a presença da juíza-substituta Marisa Medeiros, ontem em Ibirama, o destino do menor E.L.S. será definido, visto que seu pai, Antônio Siqueira Sobrinho, segundo o delegado, não se encontra em perfeitas condições psíquicas para assumir a paternidade do menor.

Completando, informa o delegado "vai ser o maior trabalho prender algum índio, quanto mais o casal, e assim este caso passa a ser considerado como rotina, como mais um inquérito arquivado sem que os índios sejam efetivamente punidos".

Ainda no final da tarde de ontem, o administrador regional da Funai, Ademir Migliavaca, informava uma decisão surpreendente dentro dos habituais casos de delitos nas reservas. "Vou instaurar uma sindicância, pois em princípio condeno qualquer atitude violenta do índio e pretendo apurar os fatos a fundo, apesar de saber das dificuldades que teremos que enfrentar".